

28/09/2016 às 05h00

Um bom começo

Por Rosângela Bittar

O governo ter declarado seus princípios para uma reforma do ensino médio por medida provisória não é nenhum problema insuperável nem fere a democracia como se quer fazer crer. O abuso do recurso às medidas provisórias tem sido uma constante e transformou-se em forma autocrática de governar sem a participação do Congresso, na última década, o que saturou a paciência da sociedade. No caso, porém, o assunto é relevante para constar de MP em um começo de conversa, um primeiro passo. O ensino médio entraria, com certeza, como já entrou junto com outras reformas educacionais, no buraco negro do Congresso e seria votado, se o fosse, lá pelo fim do ano que vem.

A normatização indicada na MP vinha sendo discutida há anos - só os professores de história sugeriram 10 milhões de mudanças - e, mais importante, as principais alterações de conteúdo desse nível de ensino não estão no ato assinado agora, mas virão com o novo currículo que ainda será muito debatido antes de ter sua base definida.

Tudo será feito de forma descentralizada, dando liberdade ao aluno e ao seu sistema de ensino de escolher o que ensinar e o que estudar. E só o fato de a forma (MP) ter se transformado na principal crítica à iniciativa é indicativo de que a reforma não tem calcanhar de aquiles mais sério até aqui. Exatamente porque a reforma para valer será moldada depois. Agora apenas se soltaram suas amarras.

Currículo entupido é produto de ideologia e corporativismo

diante do diagnóstico repetitivo e sem saída que passou incólume por vários governos. Como o problema da educação não é mais oferta de escolas, hoje suficientes, a União, os Estados e os municípios não puderam mais se ocupar desse problema de fácil solução - erguer edifícios -, tiveram que enfrentar a realidade crua da qualidade em todos os níveis, da falta de identidade do ensino médio, da má formação e remuneração dos professores.

Especialistas consideram em suas pesquisas o ensino médio o problema principal, então a atenção a ele passou a ser prioritária. O currículo que oferece, com 13 disciplinas obrigatórias, uma distorção que leva o estudante a não ter tempo para se aprofundar em nenhuma, é o principal foco da reforma. Serão menos disciplinas obrigatórias e os estudos serão completados por uma opção do sistema estadual de ensino, responsável pela gestão do ensino médio, e do estudante.

Os pais dos alunos cobram pouco e reclamam quase nada das instituições de ensino, mas se os alunos fossem mais ouvidos há muito as disciplinas obrigatórias do currículo teriam sido reduzidas.

Fora do português e da matemática, incluindo o inglês como língua estrangeira necessária ao projeto de estudos e de vida, tudo o que entra e sai é resultado da guerra de lobbies dos professores, da luta ideológica, do corporativismo impregnado no sistema a que os alunos estão submetidos.

A filosofia, a sociologia, a educação física, a física, entre outras áreas do conhecimento, são disciplinas que não precisam atravancar o desenvolvimento exatamente nessa etapa da educação dos jovens. Enquanto



Rosângela Bittar

Rosângela Bittar é jornalista há 41 anos. Concentrou sua carreira na cobertura de assuntos de política e de educação.

Nascida em Formosa-GO, trabalhou no jornal "O Estado de S. Paulo" como repórter, coordenadora da cobertura da Constituinte e chefe de redação. Mais tarde, passou pelo "Jornal do Brasil", onde atuou como chefe de redação e colunista.

No **Valor** desde 2000, ano de sua fundação, atualmente Rosângela é chefe da redação em Brasília e colunista.

Fale com Rosângela Bittar

Política

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

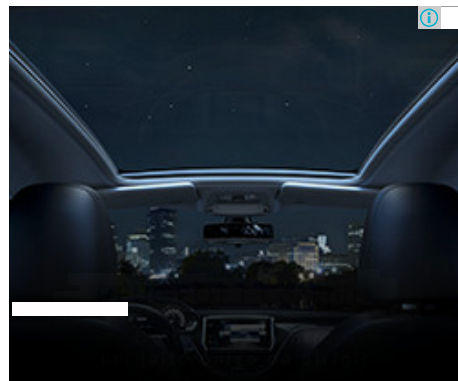
Ministério Público de SP pede cassação da candidatura de João Doria
27/09/2016 às 12h17

STF recebe denúncia e torna Gleisi e Paulo Bernardo réus
27/09/2016 às 16h42

Sérgio Sombra, suspeito da morte de Celso Daniel, morre em SP
27/09/2016 às 16h18

Temer repreende ministro da Justiça, mas decide mantê-lo no cargo
27/09/2016 às 14h35

Ver todas as notícias



Pesquisas eleitorais

se distrai com as obrigações que não lhe falam ao projeto futuro, o estudante deixa de lado questões fundamentais, como a aprendizagem do inglês, por exemplo.

Foi a falta dele que fez naufragar o mais inovador e importante programa educacional do governo Dilma Rousseff, o Ciência sem Fronteiras. Sem noção de inglês, os estudantes beneficiados foram fazer turismo em vários países, um aproveitamento quase nulo.

Ao obrigar menos disciplinas e deixar espaço para as matérias de opção do estudante, o currículo do ensino médio passará a ser instrumento real de formação. Por que todos têm que estudar a mesma coisa? Não terão se houver competência na implantação da reforma.

Currículos enxutos, mais flexíveis e realistas será o primeiro passo para se chegar a uma reforma do ensino médio, desafio amplo e irrestrito. A segunda questão relevante é a da formação dos professores que não se sabe ainda que rumo tomará. Também no diagnóstico especialistas mostram que o problema básico é que o professor se forma sem nunca ter dado aula. Estuda teoria na faculdade de educação. E não é só teoria o que vai ensinar. E as secretarias estaduais de Educação, responsáveis pela gestão do ensino médio, não se envolvem na formação do professor que precisa para seus alunos.

Os Estados vão ganhar, se conseguirem implantar a reforma cujo primeiro passo foi dado agora, autonomia real para organizar seus cursos. O nome da reforma do ensino médio é flexibilização em todos os sentidos.

A maioria dos milhares de candidatos a prefeito que desfilam por aí em carreatas e sumárias aparições na TV, sem possibilidade de vitória, sabe que não está na disputa para valer e, se estivesse, não teria a menor chance. Estas figuras estão apenas aproveitando para fazer isso mesmo, figuração. A campanha, na verdade, é para a Câmara Federal, ou para o Senado. Pretendem eleger ou reeleger-se nas próximas eleições proporcionais.

A disputa agora é uma fantasia, um meio de se tornarem mais conhecidos, ou de fixarem a imagem. É a campanha hoje olhando para 2018. A renovação do mandato será difícil, não só pelo financiamento eleitoral, escasso, como pelo conjunto da obra dos parlamentares que, este ano, ficaram mais expostos às intempéries.

O ministro da Justiça vai de "bottom" e tudo a um palanque de campanha eleitoral e, a título de apoiar e não boicotar a Lava-Jato, anuncia operação da Polícia Federal, a ele subordinada. O ministro da Saúde deixa que no site do órgão seja contrabandeada uma agenda sua em que constam, às 18 h, "renúncia do (vice) presidente da República #ForaTemer." E às 19 h, "reunião com ministros e líderes da base aliada do GOLPE". E depois o problema do governo é de Comunicação?

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras

E-mail: rosangela.bittar@valor.com.br

Compartilhar 11 Tweet Share G+ 0



Acompanhe a disputa nos maiores municípios

Intenção de votos e simulações de segundo turno nas eleições para prefeito nas capitais e grandes cidades. Veja a evolução dos candidatos

Veja também índices de rejeição

Vídeos



Lava-Jato vai resistir a eventual ofensiva política
12/05/2016



Decisão Legislativa

Acompanhamento de projetos

CONGRESSO

Eleições municipais comprometem pauta de votações

CONGRESSO

MP sobre cargos para servidores tem alta chance de aprovação

Conteúdo exclusivo do parceiro do Valor



Edição Impressa

28-09-2016



Acesse o índice do jornal impresso e selecione as editorias e matérias que quer ler. Conteúdo exclusivo para assinantes.

Casa das Caldeiras

Por Redação

RTI traz novidade mas mercado abraça cenários tradicionais com dúvidas

O Consultor Financeiro

Por Marcelo d'Agosto

Os benefícios e os danos na gestão dos investimentos

O Estrategista

Por André Rocha

Holdings, mas com desempenhos distintos
